

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

1) **Finalidade:**

Este anexo tem por finalidade fornecer subsídios para autorizar o processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, através de Sistema de Registro de Preços – SRP – modelo Licitação CODEVASF, com critério de julgamento de Menor Preço por item - nos termos do inciso I do Art. 54 Lei nº 13.303/16, Art.7º do Decreto nº 10.024/2019 e Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU -, visando a eventual contratação de empresa com vista ao fornecimento, carga, transporte e descarga, por Sistema de Registro de Preços – SRP, de máquinas, equipamentos e materiais destinados a compor o **kit feira livre**, com objetivo de atendimento das demandas de grupo de produtores e comerciantes ligados a agricultura familiar, mediante a promoção de ações de estruturação da unidades de comercialização, nas feiras livres, de produtos oriundos de diversos Arranjos Produtivos Locais - APL, apoiados pela Codevasf em comunidades e localidades do estado de Pernambuco, conforme discriminado em planilha constante como Anexo II deste Termo de Referência.

2) **Da necessidade da contratação:**

A aquisição de máquinas, equipamentos e materiais destinados a compor o **Kit feira livre**, objeto deste processo licitatório, está alinhada com o PEI 2022-2026 da Codevasf, que elege a ação de apoio a estruturação de arranjos produtivos locais na linha de negócios Economia Sustentável como estratégia de desenvolvimento territorial, no âmbito da área de atuação da Codevasf em Pernambuco.

A realização do processo se justifica por razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação dos fornecimentos, objeto da presente licitação, para atender demandas de instituições da área de atuação da Codevasf, no âmbito da 3ª Superintendência Regional, especialmente para atendimento de instituições situadas no semiárido pernambucano.

As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido, apesar deterem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se colocam entre os mais baixos do País. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população

59530.001723/2023-85-e - Fornecimento, carga, transporte e descarga, por Sistema de Registro de Preços – SRP, de máquinas, equipamentos e materiais para compor Kit feira livre.



brasileira, quanto a urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região, principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido.

As constantes secas ao longo dos anos têm provocado o colapso das atividades produtivas, sobretudo na agropecuária, impedindo a fixação do homem no campo e ocasionado a migração da população para as cidades. Assim, torna-se necessária a implantação e fortalecimento de atividades complementares, principalmente, nessas regiões, para que permita a sobrevivência da população nos seus espaços de produção e reprodução. Sendo assim, a aquisição dos equipamentos para estruturação das feiras livres, além de permitir a comercialização da produção da agricultura familiar, contribui para amenizar a migração rural-urbana.

Por serem equipamentos de baixo custo, a aquisição dos mesmos para a estruturação de feiras livres torna-se viável, pois poderá proporcionar melhoria das condições de vida para a população em condições de vulnerabilidade econômica, visando ainda o desenvolvimento local e regional, a partir da estruturação da comercialização da produção da agricultura familiar.

A comercialização da produção agrícola é um grande gargalo para os agricultores familiares que na maioria das vezes não possuem volume e constância na produção para alcançar os grandes mercados. Assim, as feiras livres e os mercados institucionais são importantes locais de escoamento dos produtos, fazendo-se necessária uma estrutura para transportar as mercadorias até estes locais.

Por se tratar de regiões economicamente menos dinâmicas, com a economia de vários municípios baseadas, predominantemente, em transferências governamentais, assim a aquisição dos equipamentos e posterior doação a produtores e comerciantes de produtos oriundos da agricultura familiar, será uma alternativa de geração de ocupação, trabalho e renda para a população beneficiada com a ação da Codevasf.

Vale ressaltar que instituições situadas fora da região semiárida também serão beneficiadas pela aquisição dos equipamentos, pois apesar de não conviverem com a crise hídrica, possuem características socioeconômicas similares e são carentes de políticas públicas para o desenvolvimento, principalmente, do setor da agropecuário.

Os quantitativos a serem licitados foram estimados com base nas previsões de demanda para o ano de 2024. Cumpre-nos registrar que nos últimos anos ocorreu um aumento da demanda destes bens, e tal fato se deve à relevância e impacto positivo produzido nos municípios e comunidades rurais beneficiadas com esta ação em outras SR, aliado à disponibilização de recursos no orçamento da empresa para esta atividade, viabilizada através de emendas de parlamentares, o que tem



impulsionado a CODEVASF – 3ª/SR, a procurar meios para o atendimento das comunidades carentes sob os aspectos sociais e econômicos. Também deve ser considerada a expansão da área de atuação desta Superintendência, levando-nos a estimar os quantitativos apresentados neste processo, os quais acreditamos serem adequados diante da realidade que se apresenta.

Há que se ressaltar ainda que o Sistema de Registro de Preços é um procedimento que viabiliza diversas contratações de compras, esporádicas ou sucessivas, sem a necessidade de realizar um novo processo licitatório para cada aquisição, otimizando o tempo e os gastos com o erário.

Em consequência dos argumentos anteriormente apresentado foi adotado o Sistema de Registro de Preços, pois os bens objetos da licitação são considerados bens comuns, ou seja, os padrões de desempenho e qualidade são definidos por especificações usuais no mercado e estão disponíveis para compra e contratação a qualquer momento.

3) **Modalidade:**

A modalidade a ser empregada para a licitação é o Pregão Eletrônico, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com Sistema de Registro de Preços - SRP. - nos termos do inciso I do Art. 54 Lei nº 13.303/16, Art.7º do Decreto nº 10.024/2019 e Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU -.

4) **Dotação orçamentária:**

Os fornecimentos serão executados no prazo de vigência da ata de registros de preços. Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alínea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.



5) **Do Sistema de Registro de Preços (SRP):**

Consoante com o art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013 (“*I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes*”); a aplicação do “Sistema de Registro de Preços” neste procedimento, foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura hídrica e logística dos municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

6) **Da não de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):**

Em decorrência das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

7) **Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**

Os bens a serem adquiridos serão fornecidos no prazo inferior a um ano, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alinea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

8) **Critério de Julgamento:**

- a) **Menor preço por Item**, de acordo com o Art. 54, inciso I da Lei n.º13.303/2016, Art.7º do Decreto nº 10.024/2019 e Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU -,



9) **Orçamento Público/Aberto:**

A definição pelo orçamento **público** tem embasamento no Acórdão TCU nº 1502/2018 – Plenário. O referido instrumento é preciso quanto à obrigatoriedade de divulgação dos preços de referência em editais de licitação quando forem utilizados como critério de aceitabilidade das propostas, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. Devido a opção pela pesquisa de preços, de acordo com a IN nº73/2020, pelo Sistema de Registro de Preços, o preço unitário obtido é perfeitamente reprodutível, sendo a sua publicação mera formalização de informação já de domínio Público, não frustrando a competitividade a sua publicação.

10) **Modo de Disputa:**

- a) **Aberto**, de acordo com o Art. 52, § 1º da Lei n.º 13.303/2016.

11) **Cota Reservada a ME/EPP:**

A necessidade de padronização das máquinas e implementos agrícolas e o provável aumento do valor da contratação devido a perda da economia de escala nos custos com a logística para fornecimentos em pequenas quantidades. Deve ser considerado, ainda o aumento do custo administrativo e de gestão e execução de contratos de fornecedores diferentes. Notadamente, neste caso a contratação de mais de uma empresa para o fornecimento de um mesmo implemento, possibilita a ocorrência de condições de contratações distintas para o mesmo objeto, tais como o risco de fornecimento de equipamentos não compatíveis entre si, no que tange a operação e manutenção pelos beneficiários finais. Assim, não será aplicada a cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, previsto no artigo 48, da Lei Complementar 123/2006, considerando-se a exceção elencada no inciso III, do art. 49.

12) **Consórcio:**

A não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio, é justificada por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos. A ausência da previsão de consórcio neste TR não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a 59530.001723/2023-85-e - Fornecimento, carga, transporte e descarga, por Sistema de Registro de Preços – SRP, de máquinas, equipamentos e materiais para compor Kit feira livre. **Página 5 de 8**



formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação.

A não aceitabilidade de consórcio neste TR não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de execução, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação. A aquisição objeto deste TR em questão é de baixa complexidade e padronizado que justifica a ausência de consórcio e licitação por pregão eletrônico.

A execução integral deste objeto é comumente oferecida no mercado, de modo que o cumprimento do escopo não depende da atuação de empresas diversas, não precisando adotar o consórcio como mecanismo legal de ampliação da competição.

A compreensão do cenário sobre a participação de consórcios em licitação, que passa pela avaliação de critérios de conveniência e oportunidade diante das peculiaridades do mercado em que se insere o objeto licitado é uma análise da Área Técnica de acordo com natureza do mesmo

13) **Garantia do Objeto:**

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

14) **Garantia de Execução (caução):**

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço - OS que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

15) **Matriz de risco**

A matriz de risco é uma importante ferramenta, que facilita a fiscalização do contrato e auxilia o fiscal a exercer o seu papel, na medida em que essa matriz traz de forma clara quais são as prioridades. A lei 13.303/2016 preocupou com a estruturação das estatais, forma de contratação de bens e serviços por parte das mesmas e ao final perpassa as perspectivas da Lei 8.666/1993 em



relação a autonomia em relação a Administração Direta, eficácia em matéria socioeconômica e principalmente o controle de sua atuação.

O gestor que estruturar a mitigação de riscos em modelos não burocratizantes de controle, privilegiar a finalidade do controle ao formalismo, sem promover ações inoportunas e ineficientes irá romper as barreiras ultrapassadas anteriores.

As estatais devem deixar uma ótica tradicional da Lei 8.666/1993 de decisão acerca de alocação de riscos incidentes, optando pela lógica, alocação prévia, objetiva e eficiente a todos os riscos contratuais possíveis de antecipação

Para isso, fundamental o estabelecimento de uma matriz de risco acertada, diretiva e que conceda informação suficiente a dar resposta ao risco contratual com foco de evitar disputas ao longo da execução contratual, sabendo as partes de antemão quais eventos darão e quais não darão ensejo ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

16) Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona)

A admissão da adesão se dará conforme Orientação Normativa nº 20/2022, da AGU e do Parecer PR/AJ nº 446/2022 – Justifica-se pela economicidade, tendo em vista que os preços unitários tendem a ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além de que são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, podendo inclusive serem adquiridos pelas Superintendências Regionais da Codevasf, proporcionando enorme celeridade e vantagem para as entidades da administração pública.

17) Qualificação Técnica:

As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

18) Da não admissão de subcontratação:

Objeto a ser licitado caracteriza-se como um serviço comum, de pequeno vulto, facilmente executável por empresas que atuem na área, não havendo necessidade de subcontratação.



Ministério de Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas
3ª Superintendência Regional - Petrolina/PE

19) **Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio:**

Neste certame o objeto é único, singelo, sem obrigações de diferentes especialidades ou passível de divisão. Portanto, a participação sob o regime de consorcio não é justificada.

20) **Da não admissão da participação de Cooperativa:**

É dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme estabelece IN 05/2017, tendo em vista que o objeto a ser licitado não trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Petrolina, 01 de Outubro de 2023.

Elijalma Augusto Beserra
Analista em Desenvolvimento Regional
Chefe da 3ª GRR/UDT

DE ACORDO:

Gildemar de Oliveira Santos
Analista em Desenvolvimento Regional
Gerente da 3ª GRR

Edilázio Wanderley de Lima Filho
Superintendente Regional
3ª SR da Codevasf